

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS  
v. 8 n. 2 agosto 1980

*A desordem  
documental no Brasil  
Burocracia  
e desenvolvimento*

0373 Clas. PER  
& Administração  
2  
ago. 1980

,00

100-2244

## *O Brasil perdeu a guerra*

A recente atitude do Governo brasileiro arrematando em leilão, em Londres, alguns volumes dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira seria, sem dúvida alguma, uma agradável prova do despertar da consciência nacional para a legítima necessidade de preservar a memória do país, se não tivesse sido precedida por um gesto que deitou por terra essa esperança.

Referimo-nos à doação de documentos relativos à Guerra do Paraguai feita pelo nosso Presidente ao Governo paraguaio por ocasião de sua recente visita àquele país. Tais documentos faziam parte do acervo da Biblioteca Nacional. Em flagrante desrespeito à legislação, que, proíbe, sob qualquer pretexto, a saída de livros e documentos raros do território nacional, o Governo fez presente ao Presidente Stroessner não somente da espada que pertenceu a Solano Lopez, como de uma parte dos documentos referentes ao conflito que envolveu os dois países, sob a frívola alegação de que não nos pertenciam, tratando-se de **presas de guerra**.

Enquanto essa troca de amabilidades tinha lugar, o povo — único e legítimo dono do patrimônio cultural da nação — assistiu impassível à dilapidação e à espoliação de que era vítima, sem um laivo sequer de compreensão para o que realmente se passava.

É preciso, é imprescindível, a formação de uma nova mentalidade para que fatos como esse não se repitam. Ao Presidente da República, aos Diretores do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional ou a quaisquer outras autoridades investidas de cargos de direção de órgãos de documentação não cabe deliberar sobre o destino de objetos que não lhes pertencem, que são da nação como um todo. O Governo e os que estão à frente das instituições que custodiam a memória cultural do Brasil têm a obrigação moral de zelar por um bem que é comum.

Não é justo, nem compreensível, nem coerente, que, concomitantemente a campanhas nacionais pela preservação de nossa Memória, essa mesma Memória venha sendo desintegrada para atender a interesses políticos ou individuais.

A persistir essa ignorância coletiva, essa total desinformação do povo em relação à legitimidade de seus direitos no que se refere à propriedade dos bens culturais, dentro em breve poderemos dispensar as campanhas em prol da conservação de nossa História, pois seremos um país desmemoriado.

Considerando a atual política desenvolvida por nossas autoridades, é uma sorte que a Bíblia de Mogúncia não tenha ido enriquecer o acervo da Biblioteca Vaticana, numa régia manifestação de apreço por Sua Santidade, o Papa João Paulo II.

Sempre ouvi dizer que o exemplo deve partir de cima. Se assim é, que espécie de atitude pode o Governo esperar de seus comandados, quando ele é o primeiro a dar testemunho do descaso que vota ao patrimônio nacional? Cento e oito anos são passados da assinatura do tratado de paz que pôs fim à Guerra do Paraguai e, de repente. . . o Brasil é o grande derrotado.

*Maria Amélia Gomes Leite*

**Sugestão aos  
arquivistas:  
peguem parte  
do seu dinheiro  
todo mês  
e arquivem  
na letra P.**

**Poupança, Caderneta de**  
Quem poupa conquista o que  
a vida tem de melhor.

Fas  
Arc  
v. 8  
ma